

FORMAÇÃO CONTINUADA DA UFMS: Um papel transformador na educação inclusiva de pessoas com deficiência

Kallyne Cardoso Rodrigues de Andrade

Milene Bartolomei Silva

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir a respeito da formação de professores sob o viés da Educação Inclusiva, compreendendo os motivos que levam o docente a manter-se atualizado, buscando verificar de que forma a academia pode e deve ajudar e influenciar a carreira dos futuros professores. O texto resulta de um levantamento bibliográfico-documental, que tem como aportes trabalhos de Perrenoud (2002), Mantoan (2006), Alves (2003), entre outros. A pesquisa bibliográfica se deu a partir de buscas em projetos de extensão e aperfeiçoamento realizados pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul entre 2019 e 2022. O material estudado, faz parte de um Projeto Nacional coordenado pela Diretoria de Políticas da Educação Especial do Ministério da Educação em articulação com as Instituições Públicas de Ensino Superior e Secretarias Municipais de Educação, no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores para Educação Especial. Como resultados do estudo, viu-se a importância da formação continuada para professores da rede pública de ensino, uma vez que eles puderam participar de novos programas, práticas, visões e ações de ensino, a fim de alcançar seu principal objetivo que é a aprendizagem dos alunos, seja ele em ensino remoto ou presencial.

Palavras-Chave: Formação Continuada. UFMS. Educação Inclusiva. Formação Docente. Legislação. AEE (Atendimento Educacional Especializado)

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é uma realidade presente na maioria das escolas brasileiras. No entanto, o acesso à escola regular não garante a qualidade do ensino recebida pelos alunos público-alvo da educação especial, ou seja, pelos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008). Na atual perspectiva da educação inclusiva, almeja-se que o aluno inserido ingresse na escola comum e que nela permaneça com igualdade de oportunidades, para que assim possa desenvolver-se como os demais alunos que compõem a escola do século XXI.

Tendo em vista que, por muito tempo, os alunos público-alvo da Educação Especial permaneceram à margem social, enfrentando privações de acesso há muitos

espaços na sociedade, dentre eles o principal de todos, o espaço educacional. A partir disso, torna-se necessário discutir sobre os processos de inclusão, disseminados nos dias atuais. Essa discussão é fundamental para se refletir a respeito da significação da formação inicial e continuada dos professores que atuam nas escolas que seguem uma perspectiva inclusiva. Para isso, apresentar-se-á uma breve contextualização histórica para se compreender quais foram os caminhos percorridos por estes alunos.

Buscamos analisar as contribuições de um programa de formação de professores frente à sua prática pedagógica junto aos alunos com deficiência. Para tanto, realizamos uma pesquisa de um Projeto de Extensão na área da educação especial oferecido entre os anos de 2019-2022 na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que formou entre esse período em torno de 2.500 professores da rede pública em âmbito nacional, que refletiram sobre as possíveis contribuições desses projetos para com suas práticas pedagógicas frente aos alunos com deficiência.

Muitos professores, principalmente aqueles mais antigos, até hoje tem muita resistência quando se diz acerca de formação continuada, a pergunta mais frequente deste é, "por que fazer? Uma vez que já estudei na formação inicial?". Jamais a intenção é desmerecer aquela conhecimento acadêmico adquirido na graduação, mas cabe ao docentes entender que assim como as situações e informação se alteram dia após dias, a educação e as práticas educacionais também mudam, elas buscam se adaptar ao dia a dia do estudante e das instituições de ensino, e formação continuada procura instigar o professor a se adaptar a essas mudanças, incluir novas informações e metodologias na hora de reger uma sala de aula.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo discutir a respeito da formação continuada de professores sob o viés da perspectiva da Educação Inclusiva, compreendendo os motivos que levam o docente a manter-se atualizado, buscando verificar de que forma a academia pode e deve ajudar e influenciar a carreira dos futuros professores.

Buscamos neste trabalho trazer a contribuição da formação continuada dos professores, não apenas apenas como um "desenvolvimento profissional" ou "mais um certificado para o curriculum", mas deve ser vista como uma necessidade de aprimoramento de conhecimentos, reflexões sobre a atual educação, quanto a educação especial, trazendo no seu âmbito, novas perspectivas quanto a educação inclusiva, respeito à diversidade, mudanças e atualização da legislação vigente.

O texto vai retratar a importância da formação continuada para os professores, não apenas para acúmulo de mais um título de especialização, mas sim, como aperfeiçoamento de conhecimentos e ferramentas disponíveis que podem auxiliar o professor dentro da sala de aula, uma vez que o aprendizado na academia com o passar do tempo torna-se desatualizado diante da evolução das ciências da educação. Neste sentido Perrenoud (2002), afirma que:

[...] a formação contínua visava - sempre visa - atenuar a defasagem entre o que os professores aprenderam durante sua formação inicial e o que foi acrescentado a isso a partir da evolução dos saberes acadêmicos e dos programas, da pesquisa didática e, de forma mais ampla, das ciências da educação. (PERRENOUD,2002, p. 21)

A intenção de realizar uma formação continuada, não deve partir somente do professor, uma vez que o olhar diagnóstico da coordenação pedagógica deve sempre estar atento, para poder ajudar sua equipe no desenvolvimento das aulas, observar onde é necessário uma melhora na prática do dia a dia, e cada dia investir e fortalecer sua equipe pedagógica.

Certamente que a formação continuada está prescrita em Leis, e isso nos auxilia na afirmação da importância deste estudo.

Baseado em todas essas informações, a UFMS (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul) em parceria com o Ministério da Educação, vem cumprindo com seus deveres de instituição, e vem investindo em cursos de formação continuada para docentes da rede pública do estado, na área da educação especial, somente no ano de 2022, a UFMS formou mais de 1.500 (mil e quinhentos) professores, que saíram aptos a desenvolverem novas práticas pedagógicas que envolvam todos.

A ESCOLA INCLUSIVA

Muito tem se falado em escola inclusiva, mas será que somente esse ponto é o mais importante e necessário para que haja de fato a inclusão das crianças com deficiências? E quanto ao corpo docente para atender essa escola inclusiva? É sabido que a escola tem um papel fundamental para a vida das pessoas, pois além de proporcionar o ensino, ela também trabalha com o desenvolvimento social, cultural e principalmente intelectual, e para que essas ações sejam desenvolvidas com maior excelência possível, é necessário a formação continuada dos profissionais envolvidos no desenvolvimento desses indivíduos.

Escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades. Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente a etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimento como recursos a serem mobilizados. (ARANHA, 2004, p.7)

A escola é a instituição responsável pela educação formal de um indivíduo, tanto para com o aluno com ou sem deficiência, essa premissa da escola não está pautada em “particularidades” que podem aparecer nas escolas. Todavia, para executar tal papel perante a sociedade, a escola deve estar amparada pelas autoridades responsáveis, pois parte deles, a mobilização quanto a importância da capacitação para os profissionais da educação, conseguiram refletir sobre sua atuação pedagógica junto a inclusão social, potencializando a independência, criatividade e socialização dos estudante com deficiência, conseguiram criar novas estratégias de ensino e aprendizado, assim como Jean Piaget (1896-1980) pensava “educar é provocar a atividade, estimular no indivíduo a procura do conhecimento”, não se pensar apenas no que se é, mas no que podemos nos tornar.

Conforme afirma Mantoan (2006, p. 33) “incluir é não deixar ninguém de fora da escola comum, ou seja, ensinar a todas as crianças indistintamente”, e para que uma escola receba todas essas crianças e seja considerada inclusiva, é necessário observar quanto aos recursos pedagógicos disponíveis, ambiente de estudo, acessibilidade e principalmente a qualificação do corpo docente, pois não é apenas uma matrícula no ensino regular que torna um aluno deficiente “incluído”, é necessário todo um apoio pedagógico para que essa inclusão se efetive. Assim como diz a Declaração de Salamanca de 1994:

As escolas inclusivas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades, é preciso, portanto, um conjunto de apoio de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Assim, a inclusão vai muito além de uma inserção do aluno em sala de aula, vai além das políticas públicas aplicadas na escola, é necessário dar condições de permanência e possibilidade de desenvolvimento do ensino e aprendizado do aluno, não esquecendo de enaltecer suas potencialidades diante das dificuldades.

FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O professor deve atuar em sala de aula como um motivador da educação, dando importância ao seu aperfeiçoamento e ao seu desejo de aprender, isso envolve seu aprendizado por meios de estudos teóricos e as práticas desenvolvidas diariamente. Muitos educadores vêem a educação inclusiva como um meio de integração da escola com a comunidade, defendendo os interesses da necessidade de capacitação dos profissionais, em prol do desenvolvimento das crianças.

Educar dentro de uma sala inclusiva, vai muito além do que se possa imaginar, na teoria, não é somente “aplicar” um atividade adaptada que o professor está praticando a inclusão, é necessário um direcionamento das práticas pedagógicas, para que o professor consiga valorizar as diferenças e diversidades que estão inseridas na sala de aula, requer mais do que boas intenções é necessário que sociedade, escolas e professores tomem consciência das tensões e organizações necessárias para a criação de uma escola/sala de aula inclusiva de qualidade (MARCHESI,2004).

Nas universidades, é priorizado o estudo das deficiências, suas características e condições específicas, conhecido mais popularmente como Educação Especial. Todavia, em sala de aula, no cotidiano, sabe-se que a vivência é bem diferente. Trabalhar com educação inclusiva, sobrepõe qualquer teoria, é na prática que se constrói verdadeiramente o conhecimento, a vivência e as experiências. Para Alves (2003, p.60), “o educador deve ter a clara noção que, a partir do momento que escolheu lidar com a educação inclusiva, ele tem que ter a plena conscientização de seu sentimento de insegurança em relação ao conteúdo a ser trabalhado com os alunos”, assim o professor precisa zelar acima de tudo pelo ensino em sala de aula diante dos desafios do ambiente escolar, muitos dos desafios precisam de soluções práticas e o professor precisa estar capacitado e preparado para entregar a melhor solução para os desafios que surgirem. A prioridade nesses momentos é conservar o ambiente apropriado para o desenvolvimento do aluno.

Um ponto muito importante no que tange a educação inclusiva alinhada a formação continuada é um fator humano de extrema importância, a comunicação. Para isso,

conhecer ou procurar se aprofundar na vida pessoal, no ambiente familiar destes indivíduos para que possa planejar as tarefas de ensinar, com mais profundidade e atenção, só assim irá ocorrer a transformação, por menor que seja. Para que haja esta transformação se faz necessário que o educador tenha uma boa formação e procure sempre estudar e pesquisar para melhorá-la. (ALVES, 2003, p.59-60)

A relação professor/aluno vai influenciar no desenvolvimento do mesmo, essa prática se torna mais fácil de se construir de acordo com as experiências vivida pelo

docente, ou seja, quanto mais tempo de experiência e estudo ele possuir, com mais facilidade vai conseguir construir essa ponte de relacionamento com o aluno, no qual é de suma importância para o seu desenvolvimento, estabelecer afetividade e com isso, despertar o desejo de aprender.

Desta forma, o professor auxiliará na associação do conhecimento que o aluno já possui com a qual ele necessita aprender, alinhando a realidade e a capacidade de desenvolvimento que aquele aluno tem, afinal o desenvolvimento do ser humano é infinito. Contudo para que essa linha de raciocínio funcione, é necessário que o professor esteja aberto e interessado em passar pelos processo de formação continuada, desta forma ele terá ferramentas necessárias e importantes para conseguir chegar ao seu objetivo maior, que é o desenvolvimento do seu aluno.

Pensar no aprender a aprender sempre, pois a verdade na ciência não é absoluta e o aprendizado torna-se contínuo. Diante disso, o conhecimento construído hoje, futuramente será alvo de novas discussões e investigações que poderão apontar novas estratégias e novos caminhos a serem seguidos, superando o saber partilhado e trazendo inovações e novas possibilidades nas diversas áreas de estudos (CUNHA; FERRETE; 2020. p.11).

O objetivo maior da formação continuada, é tornar o indivíduo mais desenvolvido possível em seus conhecimentos e saberes, e para isso ocorrer é necessário ter organização e disciplina, faz-se necessário sair da zona de conforto com o que já é conhecido e desbravar/explorar um novo universo de saberes, a fim de encontrar novas estratégias de aprendizagem, novas maneiras de enfatizar as potencialidades dos alunos e conseqüentemente a do professor também. A formação continuada abre os olhos dos professores para novos caminhos, novas práticas, novas possibilidades que lhe tragam melhor resultado, todavia isso significa que não será o caminho mais fácil, mas sim o caminho que lhe trará melhores resultados diante do uso da criatividade, diante aos novos desafios.

LEGISLAÇÃO VIGENTE ACERCA DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Em 1994 foi elaborada a Declaração de Salamanca (Espanha), que tem como um de seus princípios a inclusão escolar, como um meio de atingir os objetivos da educação para todos. Neste tratado, o Brasil se comprometeu em converter as escolas em instituições inclusivas, onde as diferenças são celebradas e as necessidades individuais são tratadas e respeitadas individualmente. Este tratado é reconhecido hoje em dia como um marco da

Educação Especial no contexto inclusivo, pois a partir dele, políticas públicas foram criadas com recomendação de integração e inclusão dos alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Em 2004, por meio da Lei nº 10.845, de 5 de março, foi criado o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às pessoas Portadoras de Deficiência (PAED), com o objetivo de universalidade do atendimento educacional especializado (AEE), mas somente para alunos que podiam frequentar uma sala de aula regular.

Em 2008, a Educação especial ganhou reforço financeiro com sua inclusão no fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o lançamento da Política Nacional de Educação Inclusiva, orientando sobre o AEE em salas de recursos e centros especializados de referência, a ser realizado no contraturno e em todos os níveis de ensino.

Outro programa criado para complementar o AEE foi o programa de implementação das salas de recursos multifuncionais, a fim de amparar os sistemas de ensino na organização e na oferta do atendimento educacional especializado por meio da inauguração dessas salas nas escolas básicas da rede pública de ensino regular e de medidas de formação de professores para o AEE.

Assim, a Educação Especial passou a agregar a proposta pedagógica da escola regular, a partir da identificação, preparação e organização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a inteira participação dos alunos.

Já em âmbito Nacional, a formação continuada é assegurada pelo artigo 62 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) assinada em 20 de Dezembro de 1996. Esta Lei foi criada para garantir o direito à educação gratuita e de qualidade a toda a população do país e também foi criada para fins de valorização dos profissionais da educação e estabelecer que este dever fosse designado à União, aos Estados e aos Municípios.

Em específico a formação dos docentes, a LDB traz três campos específicos de formação:

Artigo 63º. Os institutos superiores de educação manterão:

- I - Cursos formadores de profissionais para educação básica, inclusiva o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;
- II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;
- III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.(BRASIL, 1996. art.63)

A formação continuada é um direito garantido a todos os profissionais que trabalham em qualquer instituição de ensino, não vista apenas como um artifício para uma progressão

funcional baseada em titulação, mas também visa a qualificação e competência dos profissionais, uma vez que seu objetivo é adequar novos modelos de formação/ensino que demandam cada vez mais rápido em nossa sociedade.

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério (BRASIL, 1996. art. 62).

A União, por meio do Ministério da Educação, desenvolveu o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, que constitui a seguinte proposta, convocar instituições públicas de ensino superior, núcleos de pesquisas e programas de formação continuada a apresentarem propostas de curso de formação continuada nas modalidades presencial ou semi-presencial para profissionais da educação básica. Os projetos devem obrigatoriamente atender no mínimo três áreas de conhecimento, (incluindo áreas de educação inclusiva) podendo ser da Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Ensino Médio.

O objetivo do Plano nacional de Formação de Professores da Educação Básica é ampliar a Rede Nacional de Formação Continuada de professores, criar novos programas e ações de formação continuada, desenvolvidas pelas instituições de ensino superior para com as escolas públicas de educação básica, garantindo assim a qualidade da educação, contribuir com pesquisas e produções acadêmicas, com finalidade de melhorias do aprendizado dos estudantes, articulados com órgãos gestores, sistemas de ensino e instituições formadoras (Diário Oficial da União, Brasília, 2010, seção 3, p.25).

Quanto às propostas que forem aceitas pelo MEC, estas instituições receberam apoio financeiro para execução do projeto. Esse apoio orçamentário, pode ser no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil) reais a R\$5000.000,00 (quinhentos mil) reais, tudo devidamente coordenado e dirigido para a execução do projeto de formação continuada. Tal informação trazida aqui, mostra o interesse da União em atender seus deveres quanto à formação continuada dos profissionais da educação do país (Diário Oficial da União, Brasília, 2010, seção 3, p.25).

Quanto a formação docente, em 2002 foi publicado um documento chamado Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica (DCNs) que são normativas obrigatórias para a Educação Básica, no qual ela orientam quanto o planejamento curricular das escolas e do sistema de ensino, mas não somente a Educação Básica, abrange também o nível superior e cursos de licenciatura e graduação, no qual orienta as instituições de ensino superior a planejarem a matriz curricular de modo que a formação esteja voltada para a diversidade e considerar o conhecimento sobre as especificidades dos alunos com necessidades especiais e a comunidade indígena.

Um marco político para os alunos surdos, ocorreu em 2008, quando o MEC apresentou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva, afirmando que a formação escolar deve incluir o conhecimento sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRA) um meio legal de comunicação e expressão nas escolas regulares, ou seja, o ensino de LIBRAS fica obrigatório nos cursos de formação de educação especial (BRASIL, 2002).

Publicado recentemente, o Plano Nacional de Educação (decênio 2014 - 2024), é considerado o documento mais abrangente no que diz respeito a Educação Inclusiva no país, pois ele fortalece o sistema educacional inclusivo em todas as etapas, priorizando o acesso pleno à educação básica obrigatória e gratuita a todos, assegurando que todas as crianças e jovens concluam seus estudos, possuindo ou não alguma deficiência.

Quanto a legislação vigente para a cidade de Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul, acerca da formação continuada, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) nos termos disposto no art.20 da Lei n.5.793, de 3 de Janeiro de 2017 dispõe no seu capítulo I das competências, e dentre elas está:

Art.1

Inciso IX - a promoção e o incentivo a qualificação e à capacitação dos profissionais de educação e aqueles que atuam nos ambientes educativos do Município.

Ou seja, o poder Executivo do Município de Campo Grande, estabeleceu princípios de desenvolvimento das atividades de qualificação dos profissionais de educação, dirigido pela Secretaria de Educação, visando proporcionar condições dignas aos seus contribuintes, procurando oferecer uma educação de ensino com qualidade.

Acerca da BNCC quanto a formação dos professores, ela trabalha com uma nova proposta de ensino, no qual busca a formação integral do aluno, a educação deve proporcionar oportunidades do aluno desenvolver sua criatividade, autonomia, senso crítico e capacidade de resolver problemas com seus conhecimentos e habilidades. Para isso, quanto aos educadores, exige-se uma mudança de planejamento, no qual deve ser mais cuidadoso e inovador em suas práticas pedagógicas, a relação aluno/professor deve ser mais atenta, mais aberta, mais comunicativa, a fim de aprimorar suas habilidades.

Diante disto, a formação continuada dos professores, deve estar alinhada aos documentos curriculares e a BNCC, no qual coloca o aluno como protagonista do processo de aprendizagem e o papel do professor fica mais como a de um mediador, auxiliando e criando condições pro aluno desenvolver seu próprio potencial, contextualizando, realizando e aplicando seu potencial a sua atual realidade

Diante disto, a formação continuada deve ser repensada, pois ela já não se trata mais de apenas palestras, a fim de assimilar conhecimentos teóricos, diante da nova BNCC, a formação deve ser vivenciada, experienciada no dia a dia, para que de fato essa aprendizagem seja obtida com segurança e assim demonstrando para o aluno segurança e propriedade no que está sendo lecionado. Essa consideração é analisada num contexto maior, vista como um todo, porém é sabido que existem diferenças nas condições de trabalho, nos saberes intelectuais, nas formações e outros, porém as condições de ensinar de um professor deve ser cada vez mais satisfatória, a fim de alcançar com excelência o processo de ensino e aprendizagem dos seus alunos.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO AEE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Falar acerca da formação continuada dos professores, seja na educação especial ou educação regular, é falar da atualização da vida que ocorre dia após dia, observando o que a sociedade mundial passou nos últimos 2 anos, vê-se mais ainda a importância da aplicabilidade da formação no cotidiano do corpo docente. Afinal, a formação docente deve ser voltada para propor uma ação de reflexão do professor, pautada no referencial, porém não se esquecendo da realidade social que o cerca, o aprendizado é contínuo, e deve ser desenvolvido de uma forma dinâmica ao longo da vida.

O presente artigo tem como base de pesquisa, os cursos de formação continuada na área da educação especial, ofertada pela FAED (Faculdade de Educação) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul entre os anos de 2020-2022. Tal formação, foi disponibilizada gratuitamente para todo país, uma vez que sua abrangência foi a nível nacional, e somente no estado do Mato Grosso do Sul, o projeto alcançou mais de dois mil professores da rede pública de ensino, tendo como principal finalidade proporcionar aos profissionais da educação, conhecimento e reflexões sobre as ações realizadas cotidianamente com as crianças, tendo como alvo principal a educação especial.

A pesquisa foi feita de forma qualitativa, embasada em documentos por meio de editais dentro da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O período do objeto de pesquisa, deu-se a partir de agosto de 2021, onde foi aberto o edital para participação do curso de formação continuada.

CURSOS OFERECIDOS PELA FAED/UFMS

A política da educação no Brasil, fica á cargo do Ministério da Educação, mais conhecido como MEC que baseia-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que reconhecem a educação especial como uma modalidade educacional oferecida dentro da rede de ensino regular, voltada para pessoas com deficiência, seja ela física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial ou deficiência múltiplas; e tem-se visto uma grande expansão dessa realidade educacional, com isso, os professores que atuam neste segmento, sentem necessidade de investir na formação continuada, afim de melhorarem sua prática pedagógica com crianças, buscando recursos, conhecimentos e atualizações acerca de formas e maneiras de oferecerem um serviço de excelência no Atendimento Educacional Especializado.

O projeto está alicerçado no Decreto nº. 6.755/2009 Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e também baseia-se no Plano Nacional de Educação (decênio 2014-2024) que reforçou suas metas quanto a responsabilidade da União, Estados e Municípios em habilitar os profissionais que atuam na Educação Infantil.

Cumprindo seu papel diante da União e da Sociedade, a UFMS (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul) que é uma instituição de educação superior, multicampus e descentralizada, especializada em oferecer educação em diferentes modalidade, e colocando sua visão em prática, que é de “ser reconhecida por sua dinamicidade e qualidade na prestação de serviço educacional, social e tecnológico” e missão de “desenvolver e socializar o conhecimento, promovendo a formação e o aperfeiçoamento do capital humano”, indissociavelmente ensino, pesquisa e extensão, desenvolve projetos para retorno à sociedade nesta perspectiva, a formação continuada e qualificação dos professores da educação infantil.

Idealizado, escrito e coordenado pela Professora Doutora Milene Bartolomei Silva, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, foram ofertados dois projetos de extensão e dois de aperfeiçoamento. Entende-se que o projeto de extensão tem por finalidade enriquecer, complementar e aprofundar conhecimentos sobre determinado tema, com carga horária de 90h, desenvolvendo-se nele atividades acadêmicas de caráter teórico e prática em um curto período de duração. Através deste, adquire-se atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos e também é uma forma de potencializar o currículum vitae de um indivíduo.

Já o projeto de aperfeiçoamento oferecido, com carga horária de 180h, tem a visão de ser um curso prático com propósito de aprimorar conhecimentos e técnicas que já são utilizados em sala de aula, visando a melhoria do desempenho do profissional em sua ocupação, ou seja, este curso destina-se aos profissionais que já atuam diretamente nas escolas como coordenadores, gestores, diretores das instituições de ensino e docentes.

Este curso já possui uma carga horária maior que da extensão, e, também é uma forma de potencializar o currículo, além dos conhecimentos práticos adquiridos ao longo do curso.

O primeiro denominado “Serviço de atendimento educacional especializado em contexto de pandemia”, que foi realizado em 2(duas) edições devido ao grande número de interessados. A 1º edição deste projeto, atuou no período de Dezembro de 2020 até Maio de 2021, e a 2º edição atuou de Agosto de 2021 até Novembro de 2021. Ambas edições contaram com período de planejamento, divulgação, contratação de recursos humanos, inscrições, matrículas, desenvolvimento dos módulos, encontros, relatórios de atividades, avaliações dos alunos e por fim relatório final do projeto.

O segundo projeto de aperfeiçoamento, denominado “Serviço de Atendimento Educacional Especializado em Educação Infantil de educandos com deficiência”, também teve 2(duas) edições, devido a grande procura da comunidade externa. A 1º edição do projeto atuou no período de Novembro de 2021 até Junho de 2022, e a 2º edição e atual vigente, deu-se início em Novembro de 2022 e vai até Agosto de 2023.

O objetivo dos projetos é de ofertar uma formação continuada aos professores de educação básica da rede pública de ensino do Estado do Mato Grosso do Sul prioritariamente e demais estados brasileiros, na perspectiva do atendimento educacional especializado AEE, no qual tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e acessibilidade que possibilitem uma plena participação dos alunos com deficiências, levando em considerações as necessidades de cada pessoa específica.

A finalidade das propostas do projeto, foi de:

- Apresentar e refletir sobre a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva e respeito a diversidade na instituição de ensino;
- Compreender a legislação vigente na inclusão escolar, conhecer o funcionamento do mesmo e criar estratégias de novas aprendizagens;
- Discutir e analisar práticas educativas para se trabalhar em sala de aula inclusiva;
- Favorecer aos professores a construção de estratégias pedagógicas para o ensino remoto, além do compartilhamento das vivências e dos materiais entre os cursistas;
- Roda de conversa para debater assuntos sobre a importância do trabalho colaborativo, para a inclusão dos alunos com deficiência em sala de aula regular, alcançando qualidade de ensino, sucesso e avanço educativo para esse aluno;
- Compreender a importância de se escutar e observar as crianças com diferentes tipos de deficiência, facilitando desta forma a criação de práticas pedagógicas que atendam a todos e que envolvam diferentes campos de experiências da BNCC (UFMS, 2021, p. 4)

Colocando em prática sua visão e missão constatada no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, apoiou a criação desses projetos de extensão e aperfeiçoamento, acima de tudo sob a visão da melhoria da educação básica no seu Estado e demais estados Brasileiros, oportunizando a

aquisição de conhecimentos básicos aos professores, para que estes, possam ter uma prática educativa de qualidade.

Uma das propostas do projeto foi de oferecer uma formação continuada numa perspectiva dialógica, emancipatória e reflexiva, contemplando a diversidade, foram desenvolvidos no decorrer da execução dos projetos, estudos teóricos, atividades a distância, chats e roda de conversa acerca das temáticas. O curso não se resumiu em apenas subsídios informativos, mas a intenção foi estabelecer relações teóricas e práticas que evidenciou o cotidiano das escolas.

A seguir, para uma melhor visualização, segue o quadro de informações dos cursos oferecidos pela UFMS.

Quadro 1 - Demonstrativo dos cursos ofertados entre 2020-2023

Nome do curso	CH	Tipo de curso (extensão/aperfeiçoamento)	Número de vagas	Período de Execução	Objetivo Geral
Serviço de Atendimento Educacional especializado em contexto da pandemia	90 hr	Extensão (distancia devido COVID 19)	Público Externo - 1000	Ano 2020 a 2021	Ofertar formação continuada de professores da educação básica, em nível de extensão, que trabalham em salas de aulas regulares em tempo de pandemia, a qual possibilite programas e práticas que atendam a diversidade dessas salas para o ensino rêmora e para atendimento de alunos públicos-alvo da Educação Especial.
Serviço de Atendimento Educacional especializado em contexto de pandemia – 2ª Edição	90 hr	Extensão (distancia)	Público Externo - 1000	Agosto/2021 á Março/2022	
Serviço de Atendimento Educacional Especializado em Educação Infantil de educandos com deficiência	180 hrs	Aperfeiçoamento (distância)	Público externo - 500	Novembro/2021 á Julho/2022	Ofertar formação continuada de professores da educação básica da rede pública de ensino que atuam no Serviço de Atendimento Educacional Especializado - SAAE, em nível de APERFEIÇOAMENTO , que trabalham em salas de aulas regulares, a qual possibilite programas e práticas que atendam a diversidade dessas salas para o atendimento de alunos públicos-alvo da Educação Especial.
Serviço de Atendimento Educacional Especializado em Educação Infantil de educandos com deficiência – 2ª Edição	180 hrs	Aperfeiçoamento (distancia)	Público externo – 500	Novembro/2022 á Agosto/2023	Ofertar formação continuada aos professores da educação infantil, em nível de APERFEIÇOAMENTO , que trabalham em salas de aulas regulares. Público alvo é de professores, COORDENADORES, DIRETORES DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO QUE TRABALHAM NA REDE PÚBLICA, a qual possibilite programas e práticas que atendam a diversidade dessas salas para o atendimento de alunos públicos-alvo da Educação Especial.

Fonte: Kallyne, 2023.

No quadro acima, vimos as principais características dos projetos, o que mais chama atenção é para o número de professores da rede pública contemplados, foram mais de 2.000 (dois mil) profissionais que o projeto conseguiu alcançar, pessoas dispostas a crescerem profissionalmente, com isso, alcançando também qualidade de ensino para os alunos da rede de ensino.

Projeto de Extensão - Serviço de Atendimento Educacional especializado em contexto de pandemia - 1º e 2º Edição

Cada edição deste projeto teve 90 horas de carga horária, atendendo em torno de 2.000 mil educadores do estado de Mato Grosso do Sul e demais estados brasileiros, com o seguinte conteúdo programático:

- Seminário de Abertura: Compreensões e reflexões sobre a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.
- Alunos com deficiência visual incluídos em classes regulares: singularidade e desafios para o ensino remoto.
- Alunos surdos e/ou com deficiência auditiva incluídos em classe regulares: singularidade e desafios para o ensino remoto.
- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento incluídos em classe regulares: singularidade e desafios para o ensino remoto (Parte 01 e 02).
- Momento de produção e socialização de materiais e vivências a partir das temáticas discutidas no curso (EBOOK UFMS, 2022.p.15)

O projeto teve como principal objetivo, oferecer subsídio para os educadores no contexto da pandemia de Covid -19¹, no qual possibilitou práticas e programas que atendesse a diversidade das salas de aulas no ensino remoto, ou seja, mesmo com o mundo “parado” diante de uma situação pandêmica, a educação não poderia parar, o atendimento às crianças público alvo da educação especial não poderia deixar de ser atendimento mesmo com o ensino remoto.

O curso foi desenvolvido em cinco módulos, nos quais foram trabalhados aspectos que envolvem a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, tudo isso em contexto de pandemia. Foi trabalhado com os professores, a construção de estratégias pedagógicas para o ensino remoto, e também o compartilhamento das vivências e dos materiais utilizados pelos mesmos. Quanto às atividades propostas, foram realizados estudos teóricos; atividades a distância, chats e bate-papos acerca das atividades planejadas, fóruns de discussões, fóruns de dúvidas e principalmente trocas de experiências.

O curso foi aplicado através da plataforma de cursos da UFMS - Moodle (ambiente de aprendizagem dinâmico modular e orientado), no qual todos os cursistas tinham seu ambiente de estudo, ali o professor postava todo e qualquer material utilizado em suas

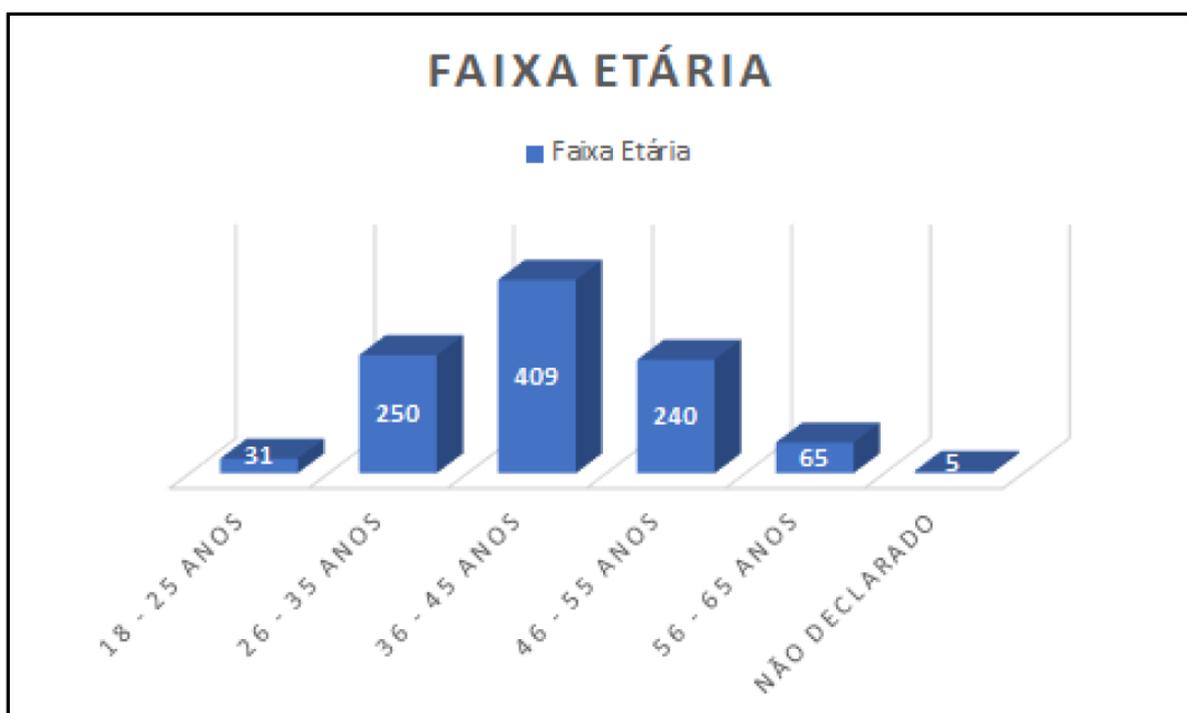
¹A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece o surto de COVID-19 em vários países e regiões do mundo. De acordo com a OMS a estimativa é de que aproximadamente 15 milhões de pessoas morreram devido a COVID-19 em todo mundo.

aulas, arquivos em PDF, gravação de aulas e palestras online, slides, vídeos informativos, fóruns de discussões e outros; neste mesmo ambiente, os alunos utilizam para postar suas atividades e tarefas feitas, para devida avaliação do professor.

Lembrando que todo material postado no ambiente virtual, sempre contava com acessibilidade para todos os cursistas, imagens com legenda e transcrições, vídeos e lives com intérpretes de Libras.

Acerca dos cursistas inscritos segundo o gráfico 92% era do sexo feminino e 3% declarou possuir alguma deficiência no ato da inscrição (deficiência visual, surdez ou deficiência física). Acerca da escolaridade dos inscritos, 20% tinha nível superior completo, 63% declarou ter especialização e 8% têm mestrado. Quanto à faixa etária dos participantes, a maioria possui entre 36 a 45 anos.

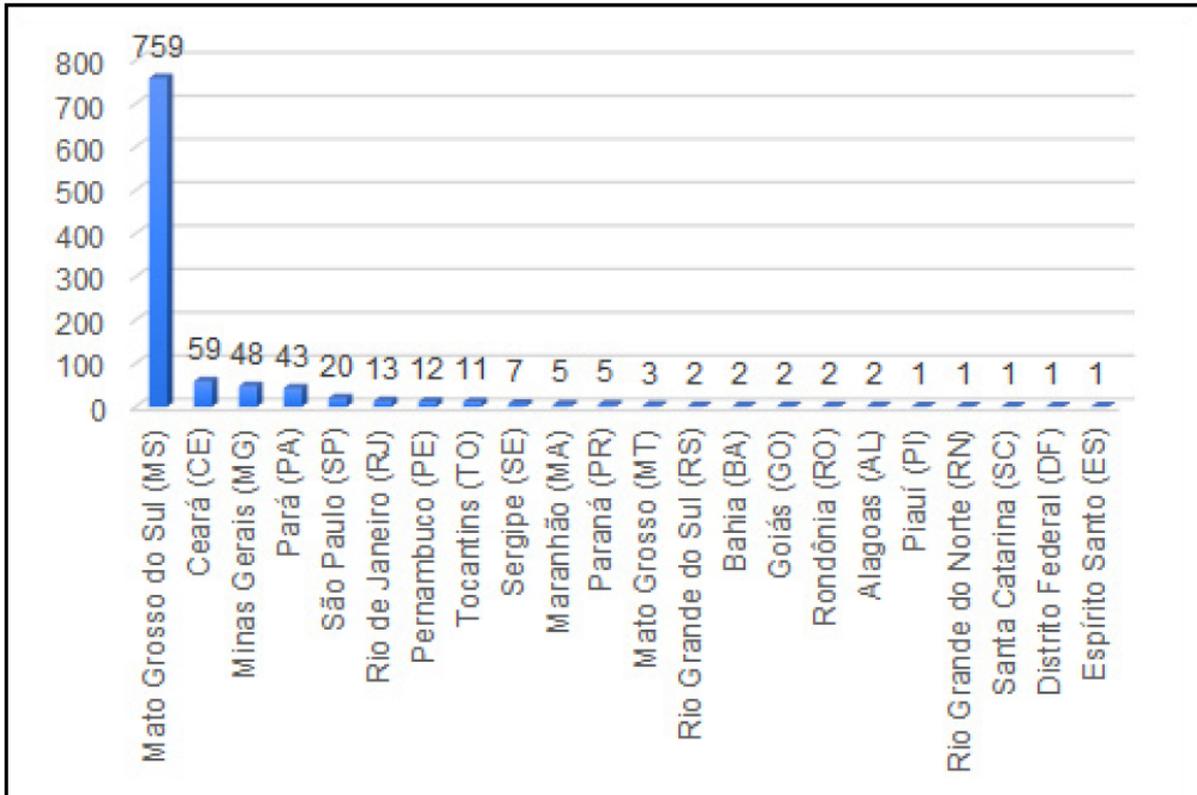
Gráfico 01 - Faixa etária dos cursistas



Fonte: Ebook, 2022

Por se tratar de um projeto de âmbito nacional, as inscrições se deram em todo território brasileiro conforme gráfico 02, e houve inscrições das cinco regiões do país, entretanto a maioria dos cursistas residiam no estado do Mato Grosso do Sul (cerca de 76%), juntamente onde fica localizada a UFMS.

Gráfico 2 - Quantidade de cursistas inscritos por Estado



Fonte: Ebook, 2022.

Todo material de estudo, foi elaborado pelos professores pesquisadores, formadores e organizadores do curso, e com todo este material ao término do curso, foi elaborado um Ebook digital, a fim de contribuir e fomentar novas aprendizagens, discussões e inquietações levantadas durante o curso. Este material está disponível para livre acesso através do site da UFMS para toda comunidade.

Projeto de Aperfeiçoamento - Serviço de Atendimento Educacional Especializado em Educação Infantil de educandos com deficiência - 1º e 2º edição

Cada edição deste projeto tem 180 horas de carga horária, na primeira edição, formou-se 500 educadores da rede de ensino do estado do Mato Grosso do Sul e demais estados brasileiros. E diante da grande procura das inscrições, houve a necessidade da 2º edição do projeto, no qual o término está programado para o final do mês de Agosto/2023. o projeto teve o seguinte conteúdo programático:

- Fundamentos e princípios da Educação Infantil com ênfase na inclusão.
- Cotidiano e ação pedagógica:

- Deficiência Visual;
- Deficiência Auditiva, surdez e surdocegueira;
- Altas habilidades e superdotação;
- Transtornos Globais do desenvolvimento Parte 01 e 02 (UFMS,2021, p.8).

Este curso formou professores da rede pública de ensino, para atuarem na Educação Especial e Inclusiva, abrangendo as seguintes deficiências: física, auditiva e visual, deficiência intelectual, surdez, surdo-cegueira, altas habilidades e superdotação, transtornos do espectro autista (TEA) e outros transtornos globais do desenvolvimento.

O projeto de aperfeiçoamento, trouxe reflexões sobre a educação especial na perspectiva da educação infantil (criança na faixa etária de 0 a 5 anos de idade); concepção de infância que percorre desde a cultura até a política; as singularidades de cada diagnóstico; processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência; estratégias de ensino; adequação de currículo; construção de atividades; contextos formativos e ressignificar os saberes dos professores que já trabalham na área da Educação Especial.

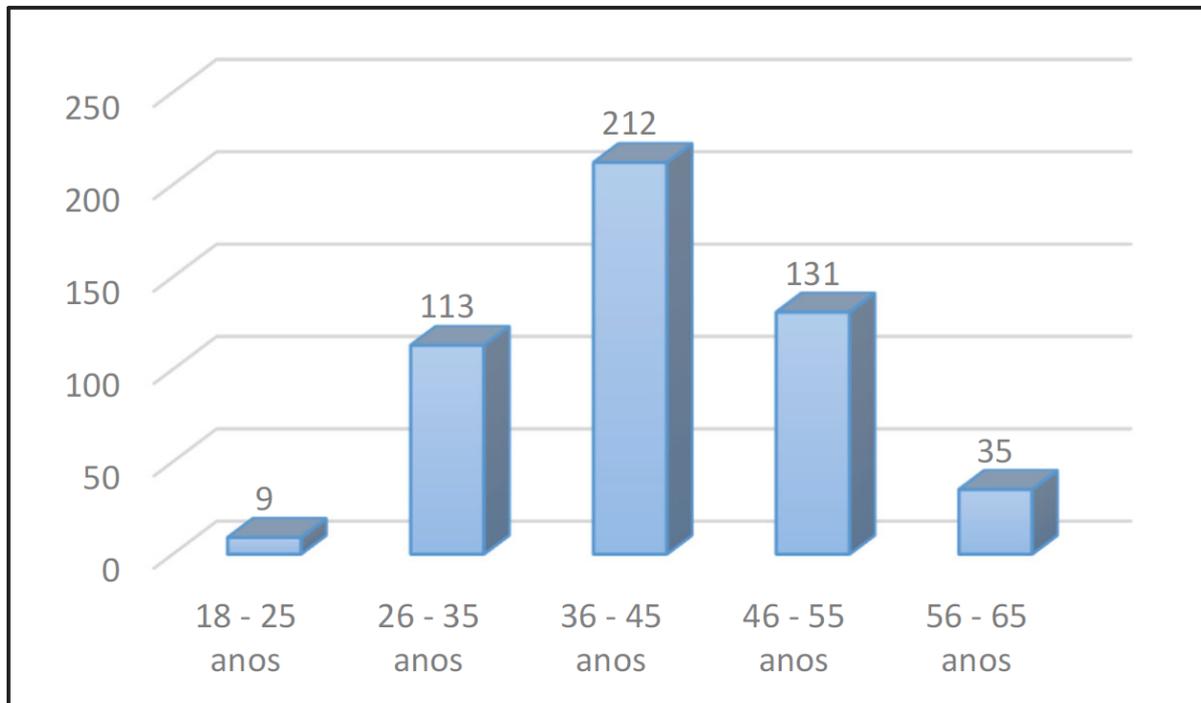
Este segundo curso, foi desenvolvido em 2 módulos, sendo o primeiro tratando dos Fundamentos e Princípios da Educação Infantil, já o segundo módulo fala do cotidiano e ações pedagógicas subdivididos nas Deficiências (visual, auditiva, transtorno global do desenvolvimento e superdotação), os estudos trouxeram discussões a fim de abordar aspectos da Educação Especial na perspectiva da Educação Infantil.

Foram realizadas atividades à distância, estudos teóricos, fóruns de discussões e também fórum de dúvidas que surgiram no decorrer do curso. Algumas ações realizadas, tinham como base a troca de experiências entre os cursistas, uma vez que os mesmos já atuavam em sala de aula, refletindo acerca da teoria estudada com a vivência do dia a dia. Este curso também foi aplicado através da plataforma digital da UFMS, onde o aluno tinha acesso a todas as informações da aula, como textos, aulas gravadas, palestras, vídeos e vários outros materiais, e neste mesmo ambiente os alunos postavam suas atividades. Salientando que todo o material disponibilizado pelos professores na plataforma, possuía acessibilidade de imagem com legenda, transcrições de falas e intérpretes de LIBRAS em vídeos e lives postados

Na primeira edição do curso, que foi no período de Dezembro/2021 a Julho/ 2022, foram oferecidas 500 vagas, porém assim que aberta as inscrições, já na primeira semana houve 1.614 inscrições realizadas. Dentre esse público inscrito, 95% é do sexo feminino e 2% declarou possuir alguma deficiência (deficiência visual, surdez ou deficiência física). Quanto à escolaridade, 21% declarou possuir nível superior completo sem nenhuma pós graduação, 65% possui especialização, 6% tem mestrado e apenas 1% declarou ter

doutorado. Quanto à faixa etária dos cursistas, segundo o gráfico 3, a maioria possui entre 36 e 45 anos.

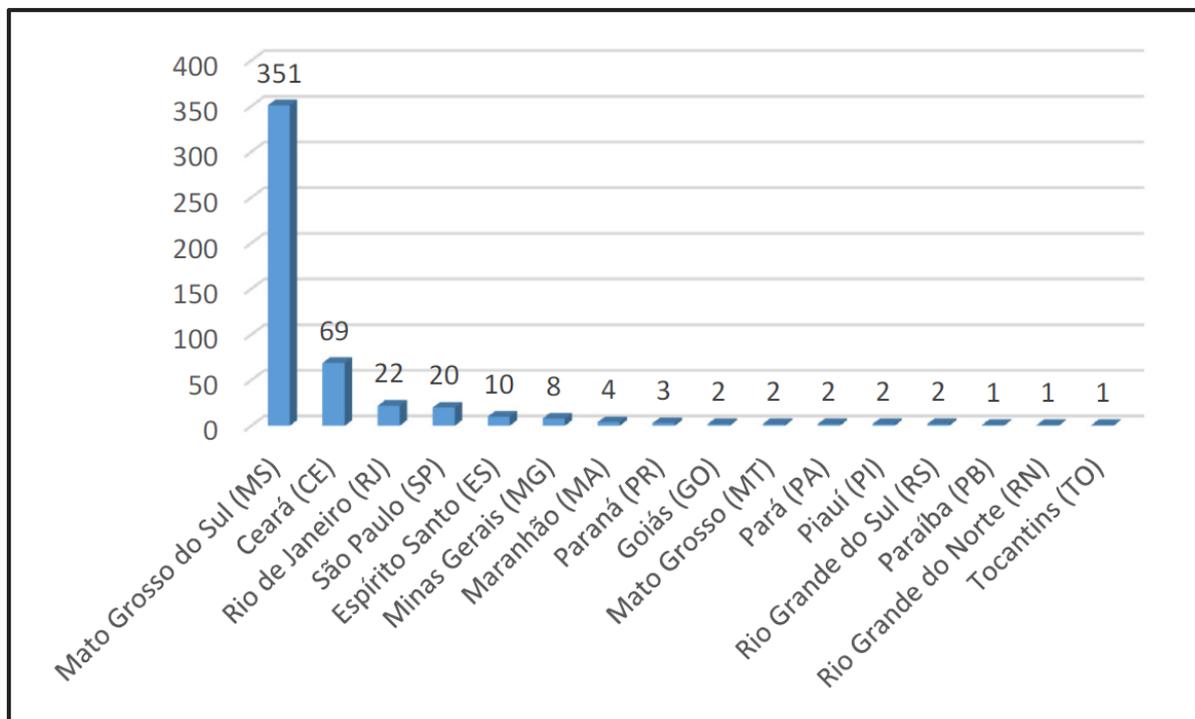
Gráfico 3 - Faixa etária dos cursistas



Fonte: Ebook, 2022

Por se tratar de um projeto de âmbito nacional, as inscrições se deram em todo território brasileiro segundo o gráfico 4, e houve inscrições das cinco regiões do país, entretanto a maioria dos cursistas residiam no estado do Mato Grosso do Sul (cerca de 70%), juntamente onde fica localizada a UFMS.

Gráfico 4 - Quantidade de cursistas inscritos por Estado



Fonte: Ebook, 2022

Assim como o primeiro curso, todo material de estudo, foi elaborado pelos professores pesquisadores, formadores e organizadores do curso, e com todo este material ao término do curso, foi elaborado um Ebook digital, a fim de contribuir e fomentar novas aprendizagens, discussões e inquietações levantadas durante o curso. Este material está disponível para livre acesso através do site da UFMS para toda comunidade.

A segunda edição deste curso, está em pleno desenvolvimento, uma vez que seu período de aplicação é de Novembro/2022 á Agosto/2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, diante do exposto neste trabalho, vimos que o sucesso da carreira de um docente baseia-se grande parte em estudos e formação continuada. Essa formação tem como objetivo aprimorar as habilidades, conhecimentos e práticas dos educadores para melhor atender as necessidades educacionais de alunos com deficiências, transtorno do espectro autista (TEA) e outras necessidades educacionais especiais.

Um profissional que deseja lecionar com excelência, precisa e necessita estar atualizado em seus conhecimentos, faz-se necessário uma gama de conhecimento a fim de não cair na monotonia de uma sala de aula, baseada apenas em livro didático e atividades repetitivas ao passar dos anos. No que diz respeito à educação especial, olhamos atualmente novos estudos sendo divulgados sobre inovações no processo de ensino e aprendizagem, tecnologias e recursos assistivos sendo constantemente adaptados para a inclusão no ambiente escolar e principalmente na sala de aula, e somente por meio de atualização do conhecimento é que o professor terá acesso a essas informações.

Com base nos estudos e levantamentos feito, chegamos a conclusão que pelo motivo da falta de investimento, não é desculpa para não manter-se atualizado, pois os Cursos descritos neste trabalho foram 100% gratuito, todo investimento financeiro foi custeado pelo poder público, destinando o valor de pagamento de impostos em conhecimento para docentes, a fim deste chegar até o futuro da nação, que é as crianças, estudantes dos dias atuais.

Na perspectiva da Educação Especial, o investimento é para proporcionar melhoria de atendimento para todo estudante que tem alguma deficiência, capacitar profissionais para lidarem com todo e qualquer possível situação desafiadora que possa surgir dentro da unidade escolar, proporcionar atividades estimulantes que trazem desenvolvimento social, pessoal, educacional, familiar e pedagógico à criança. Cabe aos profissionais a disposição e investimento de tempo, para que seu dia a dia dentro de uma sala de aula, seja uma experiência única e inesquecível para os estudantes.

Espera-se que todo profissional esteja disposto a se atualizar, assim como os quase 2.000 profissionais que fizeram o curso de capacitação oferecido pelo UFMS nos últimos 3 anos. Disponibilizar 90 ou 180 horas, ao longo de 6 a 9 meses, não é questionável se comparando com a riqueza de conhecimentos e práticas que serão adquiridos ao longo do curso. Assim como diz Paulo Freire *“A educação, qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática”*.

REFERÊNCIA

ALVES, Fátima. Inclusão: Muitos Olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro, Ed. wak. 2003

BRASIL. Ministério da Educação, Gabinete do Ministro. Aviso de chamamento público formação continuada da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de fevereiro de 2010, seção 3, p.25.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de Abril de 2002.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 25 de Junho de 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.9394/1996.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências. Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC, 1994.

DOS SANTOS CUNHA, M. .; **SILVA SOUZA FERRETE**, A. A. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM PERIÓDICOS CAPES. . Linguagens, Educação e Sociedade, [S. l.], v. 25, n. 48, p. 60-85, 2021. DOI: 10.26694/rles.v25i48.2452. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/2452>. Acesso em: 22 mar. 2023.

MARCHESI, Álvaro. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, César; **MARCHESI**, Álvaro; **PALACIOS**, Jesús; (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação. Trad. Fátima Murad, Porto Alegre : Artmed, 2004.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete formação continuada. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/formacao-continuada/>>. Acesso em 20 nov 2022. (referência quando ao tópico da legislação)

PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.